

ADVOCACY COALITION FRAMEWORK: uma revisão das pesquisas nacionais com foco nos recursos das coalizões de defesa

1. INTRODUÇÃO

O Modelo de Coalizões de Defesa (MCD) ou, como no original, em inglês, *Advocacy Coalition Framework* (ACF) é um modelo teórico utilizado para análise das políticas públicas e compreensão do processo político. Este modelo é uma estrutura de análise de políticas para lidar com problemas que envolvam conflitos, disputas técnicas importantes e múltiplos atores, governamentais e não-governamentais (Jenkins-Smith, Nohrstedt, Weible, & Ingold, 2018).

O ACF vem sendo aplicado em diversos países e nos mais variados subsistemas políticos. Pierce, Peterson, Jones, Garrard e Vu (2017) analisaram 161 aplicações do modelo publicadas em periódicos revisados por pares em inglês entre 2007 e 2014. A revisão constatou que os pesquisadores que aplicam o ACF são, em sua maioria, europeus ou norte-americanos que estudam questões políticas em seus respectivos continentes no nível nacional. Dentre os artigos analisados por Pierce et al. (2017) também há estudos na Ásia, África e Oceania, mas nenhum na América do Sul. Segundo os autores, isso pode dever-se à restrição de idioma, pois a pesquisa incluiu apenas artigos de periódicos em inglês. Buscando superar a lacuna apresentada por Pierce et al. (2017), Ma, Lemos e Vieira (2020) realizaram uma revisão da aplicação do ACF pelo pesquisadores da América Latina. Os autores levantaram os artigos científicos publicados em espanhol e em português sem a aplicação de filtros e encontraram apenas quatro estudos empíricos, artigos teóricos não foram considerados. Os trabalhos foram publicados entre 2014 e 2018 e analisaram políticas públicas no Brasil, Uruguai e Chile.

Apesar da revisão de Pierce et al. (2017) não identificar nenhuma publicação na América do Sul e o trabalho de Ma, Lemos e Vieira (2020) encontrar apenas 4 estudos na América Latina, o ACF vem sendo utilizado por pesquisadores brasileiros de diversas áreas em seus estudos, conforme apresentado por Capelari, Araújo e Calmon (2015). Os autores realizaram uma revisão de teses e dissertações brasileiras que utilizaram o ACF como modelo teórico principal de análise no período de 2000 até 2013 e identificaram 19 trabalhos. A revisão demonstrou que o modelo ganhou espaço no Brasil a partir de 2006, principalmente em análises de pesquisas qualitativas sobre a área ambiental e energética.

O foco dos pesquisadores que aplicaram o modelo e foram analisados na revisão de Pierce et al. (2017) também está nas questões ambientais e energéticas. No entanto, outros campos políticos são explorados, como saúde, educação, ciência e tecnologia, segurança e política externa, economia e finanças e planejamento e transporte urbano. As pesquisas são, em sua maioria, de natureza qualitativa e utilizam entrevistas e documentos para coleta de dados. Em geral, as aplicações do ACF comparam ou integram outras estruturas, teorias e/ou conceitos teóricos para a análise, o que demonstra que há uma flexibilidade no modelo, que pode ser complementado por outras teorias. “No geral, a ACF está crescendo em popularidade entre todos os estudiosos e subseqüentemente se tornando uma estrutura pluralista usada em vários continentes por centenas de autores para estudar diversos subsistemas” (Pierce et al., 2017, p. S26, tradução nossa).

Com a crescente popularidade do modelo, o ACF foi revisado por diversos autores e evoluiu regularmente ao longo do tempo (Jenkins-Smith et al., 2018; Jenkins-Smith, Nohrstedt, Weible, & Sabatier, 2014; Pierce et al., 2017; Sabatier & Jenkins-Smith, 1999, 1993; Sabatier & Weible, 2007). Em algumas revisões (Jenkins-Smith et al., 2014; Pierce et al., 2017; Sabatier & Weible, 2007), foi identificado que as pesquisas sobre o ACF têm se concentrado no conteúdo dos sistemas de crenças, negligenciando os recursos das coalizões de defesa. Apesar disso, o Modelo de Coalizões de Defesa propõe que o acesso e a exploração dos vários recursos

políticos são importantes para as coalizões nos processos de coordenação interna e entre si, bem como nas disputas hegemônicas e contra-hegemônicas (Jenkins-Smith et al., 2014).

Diante do contexto apresentado, este trabalho buscou verificar a evolução das pesquisas nacionais que utilizaram o *Advocacy Coalition Framework* (ACF) como modelo teórico com foco nos recursos das coalizões de defesa. Para cumprir o objetivo proposto, foi realizada uma revisão sistemática de literatura de teses e dissertações nacionais entre 2007 e 2020. As revisões de literatura ajudam a entender como determinada teoria ou campo de estudo têm evoluído em um período de tempo estipulado. Além de ajudar a identificar importantes lacunas de pesquisa e o foco dos pesquisadores que estudam o tema.

A seguir, o ACF e a tipologia de recursos políticos das coalizões de defesa são apresentados, seguidos pelos procedimentos metodológicos aplicados na pesquisa. A seção de resultados apresenta o quadro geral dos estudos e a identificação dos recursos políticos. Por fim, são realizadas as considerações finais.

2. ACF E OS RECURSOS DAS COALIZÕES DE DEFESA

O *Advocacy Coalition Framework* (ACF) é uma estrutura de análise de políticas para lidar com problemas que envolvam conflitos, disputas técnicas importantes e múltiplos atores, de vários níveis de governo (Sabatier & Weible, 2007). O modelo possui três premissas básicas: (1) compreender o processo de mudança política requer uma perspectiva de tempo de uma década ou mais; (2) o subsistema de políticas é a unidade principal de análise para entender os processos políticos; e (3) as políticas/programas públicos incorporam teorias implícitas sobre como atingir seus objetivos e, assim, podem ser conceituados da mesma maneira que os sistemas de crenças (Jenkins-Smith et al., 2014; Sabatier, 1988).

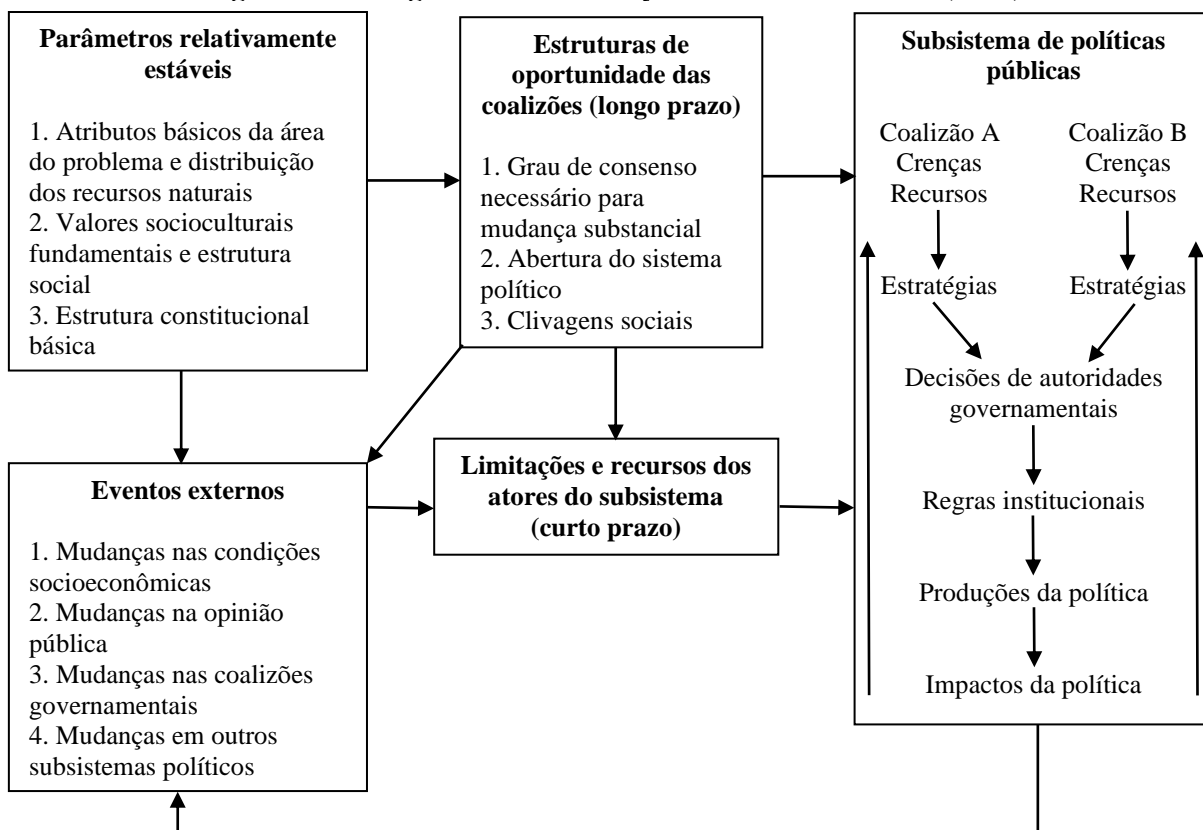
O foco em intervalos de tempo de uma década ou mais é necessário para completar pelo menos um ciclo de formulação/implementação/reformulação e para obter um retrato razoavelmente preciso do sucesso e/ou fracasso de uma política ou programa (Sabatier, 1988). Já os subsistemas de políticas são definidos a partir de um tema ou questão política, de uma determinada abrangência territorial e pela presença de atores que influenciam direta ou indiretamente os assuntos do subsistema (Jenkins-Smith et al., 2014).

Dentro do subsistema, assume-se que os indivíduos podem ser agregados em uma ou mais coalizões de defesa. Estas coalizões podem ser caracterizadas como dominantes, aquelas que controlam amplamente as políticas do subsistema (provavelmente pela superioridade de recursos), ou minoritárias, aquelas que buscam influenciar o processo político, mas obtêm pouco ou nenhum sucesso (Jenkins-Smith et al., 2014).

No subsistema, as coalizões são compostas por indivíduos de várias organizações (representantes do setor privado, membros de organizações sem fins lucrativos, membros da mídia, cientistas e pesquisadores, consultores, lobistas, entre outros). A concepção de indivíduo no ACF se baseia na premissa de que a mudança no mundo é primariamente dirigida por pessoas e não por organizações. O modelo assume que os indivíduos são racionalmente limitados, ou seja, são motivados por metas, mas não sabem claramente como alcançá-las e são limitados em suas habilidades cognitivas para processar informações e experiências. Devido a esta limitação, os indivíduos do subsistema processam os estímulos por meio do seu sistema de crenças. Assim, as coalizões, são formadas por indivíduos que compartilham um conjunto de crenças, de modo que apresentam um grau não trivial de atividades coordenadas ao longo do tempo (Jenkins-Smith et al., 2018; Sabatier, 1988). As crenças são divididas em três níveis: (1) *deep core beliefs*, mais arraigadas e perenes; (2) *policy core beliefs*, menos arraigadas, mas ainda com baixas possibilidades de modificação; e (3) *secondary beliefs*, que são as crenças mais negociáveis (Jenkins-Smith et al., 2014; Sabatier & Weible, 2007).

A partir das premissas básicas (tempo, subsistema e crenças) o ACF pode ser representado pelo seguinte fluxograma (Figura 1).

Figura 1 - Fluxograma do Advocacy Coalition Framework (ACF)



Fonte: Jenkins-Smith et al. (2014)

Os dois quadros do lado esquerdo da Figura 1 representam um conjunto de variáveis que podem limitar o leque de alternativas viáveis ou afetar os recursos e crenças dos atores do subsistema. O primeiro quadro apresenta os parâmetros razoavelmente estáveis que podem estar dentro ou fora do subsistema (Sabatier, 1988). Esse conjunto de variáveis inclui as estruturas sociais, culturais, econômicas, físicas e institucionais básicas que condicionam os assuntos do subsistema de políticas. Por sua vez, o segundo grupo de variáveis engloba eventos exógenos mais dinâmicos, que incluem recursos externos relevantes ao subsistema e propensos a mudança (Jenkins-Smith et al., 2014). Os dois conjuntos de variáveis apresentados (estáveis e dinâmicos) não são exaustivos, outros fatores podem ser adicionados a cada categoria, como as crises e desastres aos eventos externos mais dinâmicos (Jenkins-Smith et al., 2014; Nohrstedt, 2011).

Na Figura 1, nota-se que entre os parâmetros relativamente estáveis e um subsistema de políticas públicas, há um quadro intermediário de conceitos que abordam a natureza das estruturas de oportunidades de coalizão no longo prazo. Tais estruturas de oportunidades são alguns dos subprodutos importantes dos parâmetros relativamente estáveis do subsistema de políticas. Entre os eventos externos e o subsistema de políticas públicas (Figura 1), estão as limitações e recursos de curto prazo dos atores do subsistema. Esse quadro demonstra que as mudanças fora do subsistema de políticas fornecem oportunidades de curto prazo a serem exploradas pelas coalizões de defesa (Jenkins-Smith et al., 2014).

Por fim, o subsistema de políticas públicas é representado no retângulo à direita. Nele são ilustradas duas coalizões concorrentes (Coalizão A e Coalizão B) que possuem suas crenças

e recursos políticos. As duas coalizões empregam várias estratégias para influenciar as decisões de autoridades governamentais que afetam as regras institucionais, resultados da política e, eventualmente, geram impactos na política. Essas decisões retornam ao subsistema de políticas, mas também podem afetar os assuntos externos ao subsistema (Jenkins-Smith et al., 2014).

Os estudos empíricos têm demonstrado a necessidade de esclarecer e aprimorar alguns dos conceitos-chaves do modelo teórico. As três categorias conceituais que recebem mais revisões ao longo do tempo são: o modelo do indivíduo, o sistema de crenças e o subsistema de políticas. Além das modificações e esclarecimentos, foram adicionados novos conceitos ao *Advocacy Coalition Framework*, como, por exemplo, os recursos da coalizão como um meio para entender melhor a capacidade dos atores da coalizão (Jenkins-Smith et al., 2014; Sabatier & Weible, 2007).

A evolução do ACF por mais de três décadas permitiu o esclarecimento do modelo e das ênfases teóricas. Sua crescente complexidade tornou necessária uma melhor organização interna do ACF e das regras gerais sobre como modificar e evoluir o quadro teórico para o futuro. Tais esclarecimentos têm permitido que pesquisadores apliquem tanto o modelo completo como apenas um ou mais dos subcomponentes teóricos da estrutura (Jenkins-Smith et al., 2014).

Os recursos das coalizões de defesa, apesar de estarem presentes desde a concepção inicial do modelo, têm recebido pouca atenção dos pesquisadores que aplicaram o ACF (Jenkins-Smith et al., 2018). Mesmo que o ACF assuma “que o acesso e a exploração de vários recursos políticos são importantes para as coalizões de defesa, pois elas procuram influenciar as políticas públicas” (Jenkins-Smith et al., 2018, p. 151, tradução nossa), este tópico carece de análises sobre sua atuação em diferentes contexto políticos.

O fluxograma do *Advocacy Coalition Framework* (Figura 1) evoluiu a partir das revisões do ACF (Jenkins-Smith et al., 2014; Sabatier, 1988; Sabatier & Weible, 2007), mas sempre descreveu as coalizões de defesa como tendo (1) crenças e (2) recursos. No entanto, as pesquisas que utilizaram o modelo têm se concentrado no conteúdo dos sistemas de crenças e negligenciado os recursos das coalizões (Jenkins-Smith et al., 2018). Diante desse contexto, Sabatier e Weible (2007) propõem uma tipologia com seis recursos relevantes para as coalizões, que os atores podem usar em suas tentativas de influenciar as políticas públicas.

- Autoridade legal e formal para tomar decisões políticas: os atores em posições de autoridade legal e formal são membros relevantes do processo político e disputados pelas coalizões. Entre eles estão: funcionários públicos, legisladores e juízes. A coalizão dominante, geralmente, tem vários dos seus membros em posições de autoridade formal, já as coalizões minoritárias, poucos ou nenhum. As principais estratégias das coalizões para adquirir este tipo de recurso envolvem a colocação de aliados em posições de autoridade legal por meio de eleições ou nomeações políticas, bem como o lançamento de campanhas de *lobby* para influenciar atores com autoridade legal.
- Liderança hábil: a literatura sobre empreendedores de políticas públicas discorre sobre como líderes habilidosos podem criar uma visão atraente para uma coalizão, usar estrategicamente recursos de maneira eficiente e atrair novos recursos. Os empreendedores políticos (líderes habilidosos) também são uma importante ferramenta para impulsionar mudanças reais na política a partir de um determinado evento (por exemplo, choques externos).
- Informação: a gravidade do problema público, suas causas, os custos e os benefícios das alternativas de solução são informações importantes para uma coalizão. O ACF assume que a informação é um recurso utilizado pelos atores das políticas para vencer seus oponentes. Por meio da informação, a coalizão pode agregar novos membros, argumentar contra o oponente, convencer as autoridades legais e formais a apoiar suas propostas e conseguir apoio popular. Entretanto, as coalizões manipulam e distorcem as

informações a seu favor. Por isso, é importante a participação de pesquisadores e cientistas nas coalizões.

- Recursos financeiros: são usados para adquirir outros recursos. Uma coalizão com muito dinheiro pode: financiar pesquisas e organizar *think tanks* para produzir informações; atrair fortes candidatos políticos, podendo assim ganhar acesso interno a legisladores e nomeados políticos; lançar campanhas na mídia para ganhar apoio público; e divulgar suas posições políticas para fortalecer seu número de apoiadores mobilizáveis.
- Opinião pública: o apoio público às posições políticas de uma coalizão é um recurso relevante. Este apoio pode auxiliar na conquista de outros recursos, como a eleição de aliados das coalizões para cargos com autoridade formal e legal e a pressão pública sobre as autoridades já eleitas ou em posição de decisão governamental. Uma estratégia típica das coalizões de defesa é gastar muito tempo tentando obter apoio da opinião pública.
- Apoiadores mobilizáveis: as coalizões de defesa costumam usar membros que compartilham suas crenças para participar de várias atividades políticas, incluindo manifestações públicas e campanhas eleitorais e de angariação de fundos. Por ser um recurso relativamente barato, as coalizões com recursos financeiros escassos frequentemente se utilizam dele.

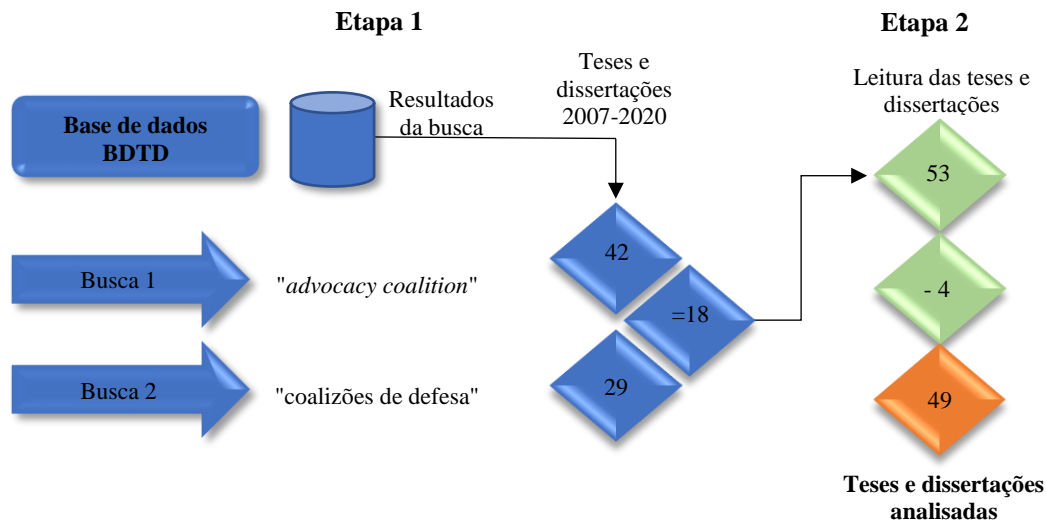
A partir da tipologia apresentada por Sabatier e Weible (2007) alguns pesquisadores investigaram como as coalizões mobilizam e exploram recursos no subsistema político (Albright, 2011; Ingold, 2011; Nohrstedt, 2011; Weible, 2006). Tais estudos confirmam que a distribuição de recursos políticos entre as coalizões é um passo importante para entender a estase ou a mudança política. Os recursos políticos fornecem um caminho para entender a capacidade de uma coalizão de tomar decisões e influenciar o processo político (Jenkins-Smith et al., 2018).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa realizamos uma revisão sistemática de literatura a partir de teses e dissertações nacionais que utilizaram o *Advocacy Coalition Framework* (ACF) como modelo de análise. O estudo se caracteriza como descritivo com abordagem quantitativa. O recorte foi longitudinal, pois foram consideradas as teses e dissertações defendidas entre 2007 e 2020. Escolheu-se o ano de 2007 como corte inicial da revisão pelo fato de a tipologia de recursos políticos ter sido apresentada por Sabatier e Weible (2007) neste ano.

A base de dados utilizada para coleta foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Em outubro de 2020, a base foi acessada e a primeira busca foi realizada com a palavra-chave com filtro “*advocacy coalition*”, a partir de 2007. A primeira busca apresentou 42 resultados. Na segunda busca, realizada no mesmo mês e com o mesmo filtro de período, foi utilizada a palavra-chave “coalizões de defesa”. Esta busca apresentou 29 resultados. Dos 71 resultados das buscas, 18 eram repetidos, assim procedeu-se a eliminação das duplicidades. Na etapa seguinte, as 53 teses e dissertações foram lidas e tabuladas entre novembro de 2020 e maio de 2021. Nesta fase, quatro estudos foram excluídos por não trabalhar com o ACF, apenas citando a teoria tangencialmente. Por fim, 49 teses e dissertações compõem esta revisão sistemática de literatura, conforme protocolo apresentado na Figura 2.

Figura 2 – Protocolo da revisão sistemática de literatura



Fonte: Elaborada pelos autores

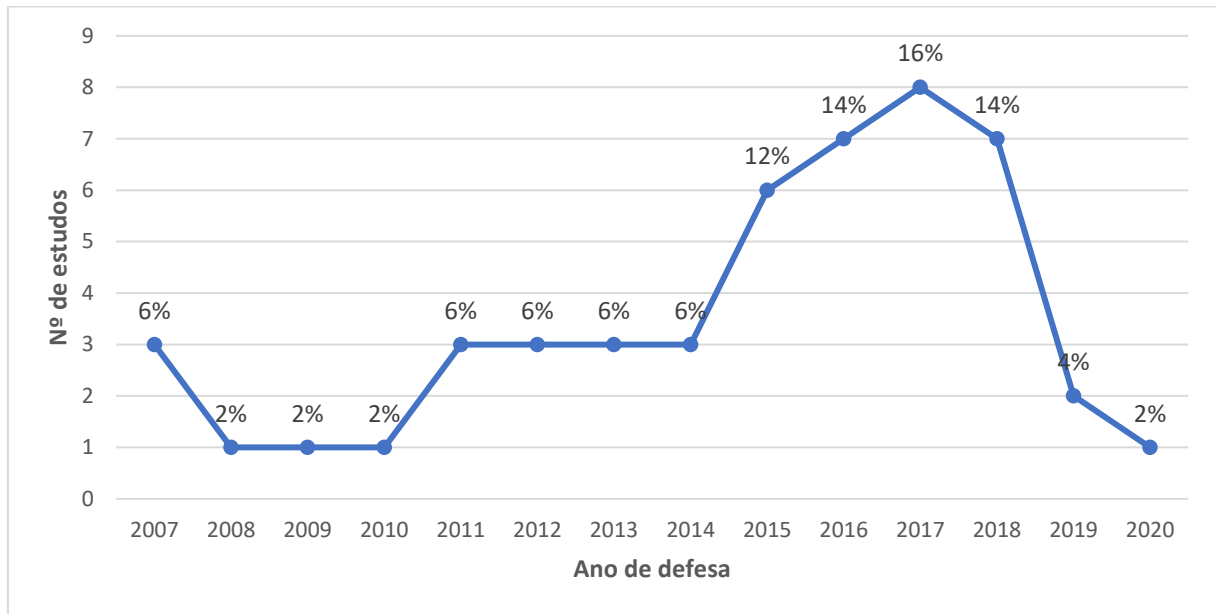
As teses e dissertações foram analisadas e tabuladas em duas dimensões: (1) quadro geral dos estudos; e (2) identificação dos recursos políticos. Em relação à primeira dimensão, foram extraídos dados gerais dos trabalhos, como autor, orientador, ano de defesa, tipo de trabalho (tese ou dissertação), instituição, programa, política analisada, tema geral do estudo, nível da política (municipal, regional, estadual, nacional, internacional) e palavras-chave. Na segunda dimensão, buscamos verificar se os autores, a partir da tipologia proposta por Sabatier e Weible (2007), identificaram os recursos políticos, apresentaram novos recursos à tipologia e apontaram o recurso mais relevante para o subsistema analisado. Nesta dimensão ainda foi verificado se os trabalhos abordaram os problemas de coordenação entre as coalizões e se utilizaram a análise de *stakeholders* para complementar o ACF, pois esses elementos de análise auxiliam na verificação de como as coalizões empregam os recursos. A análise dos dados tabulados foi realizada por meio de estatística descritiva.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados do estudo demonstram que houve uma evolução no número de trabalhos que utilizaram o ACF como modelo de análise nos últimos anos. Se comparado com o estudo de Capelari, Araújo e Calmon (2015), já é possível notar uma ampliação significativa nos estudos. Os autores identificaram um total de 19 teses e dissertações que utilizaram o ACF como modelo principal de análise no período de 2000 até 2013. Esta pesquisa identificou 29 dissertações e 20 teses, ou seja, com 49 estudos, a produção mais que dobrou. Apesar do número crescente de teses e dissertações que trabalham com o modelo, essas pesquisas, em sua maioria, não têm se convertido em artigos científicos, conforme aponta o estudo de Ma, Lemos e Vieira (2020).

A maioria dos trabalhos (57%) foi defendida entre 2015 e 2018, sendo 10 teses e 18 dissertações. Os anos de 2019 e 2020 apresentam uma queda nas pesquisas que adotam o modelo, conforme Figura 3. Este cenário poderia ser explicado pela demora para disponibilização dos trabalhos na base de dados. Ainda vale ressaltar que a coleta de dados foi realizada em outubro de 2020, assim não incorporando os trabalhos disponibilizados nos últimos 2 meses do ano (novembro e dezembro).

Figura 3 – Teses e dissertações por ano de defesa



Fonte: Elaborada pelos autores

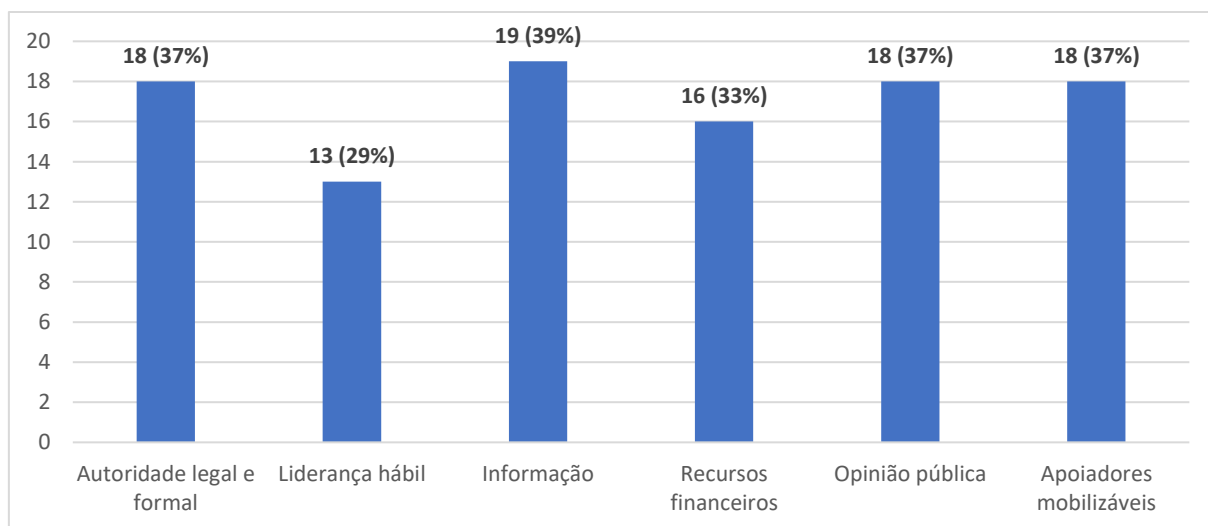
A instituição que mais produz trabalhos utilizando o ACF é a Universidade de Brasília (UnB), com 15 (30,61%) estudos publicados no período analisado. O professor Dr. Paulo Carlos Du Pin Calmon da UnB orientou seis trabalhos no período (Araújo, 2007, 2013; Cerqueira, 2010; Ferreira, 2017; Pedroso, 2011; Vicente, 2012). Na sequência está a Universidade de São Paulo (USP) com 11 (22,45%) trabalhos. Juntas, estas universidades representam 53,06% das pesquisas com o modelo teórico, sendo os polos de produção e difusão do ACF no Brasil. Outras 12 Universidades e Fundações publicaram de uma até três teses e/ou dissertações que utilizaram o modelo. Os Programas de Pós-Graduação em Administração e Gestão (Administração, Administração Pública, Gestão Pública e Gestão de Políticas Públicas) são os que mais utilizaram do modelo para fundamentar suas pesquisas, com 16 (32,65%) trabalhos no total, seguidos pelos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política com 12 (24,49%) estudos. Programas de Pós-Graduação relacionados com a área ambiental produziram 7 (14,29%) pesquisas no período analisado. As 14 teses e dissertações restantes estão divididas entre programas de diversas áreas, como educação, sociologia, relações internacionais, saúde, ciências sociais, história, inovação terapêutica, política social e ciência da informação. Assim como na revisão internacional de Pierce et al. (2017), as pesquisas realizadas no Brasil com o apoio do ACF estão espalhadas nas mais diversas áreas de estudo. O que demonstra que o modelo pode ser aplicado aos mais variados campos de estudo.

As questões relacionadas ao meio ambiente são o principal tema estudado, com 13 (26,53%) trabalhos. O modelo teórico é empregado para analisar desde as agendas verde e marrom da política ambiental nacional (Araújo, 2013) até a política climática internacional (Brito, 2017). Tal qual a revisão de Pierce et al. (2017), os pesquisadores brasileiros optaram por aplicar o modelo em temáticas ambientais. Na sequência, os temas mais pesquisados estão relacionados com saúde (14,29%), educação (10,2%) e direitos humanos (10,2%), conforme apresentado na tabela 1. Ressalta-se que muitos dos subsistemas analisados pelos autores tratam de temáticas transversais que poderiam ser compatíveis com mais de um tema, mas optou-se por categorizar cada trabalho em uma temática principal, conforme realizado por Pierce et al. (2017). A maioria dos trabalhos realiza o estudo no âmbito nacional (63,27%), seguidos pelo nível estadual (14,29%), municipal (10,20%) e regional (8,16%). Apenas 2 (4,08%) estudos

Os recursos políticos propostos por Sabatier e Weible (2007) – autoridade legal e formal, liderança hábil, informação, recursos financeiros, opinião pública e apoiadores mobilizáveis – foram identificados em 23 (47%) trabalhos, sendo 11 teses e 12 dissertações. No entanto, apenas três pesquisas identificaram todos os recursos da tipologia apresentada, o estudo de Araújo (2013) sobre a política ambiental nacional entre 1992 e 2012, o trabalho de Rodrigues (2012) sobre o licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de Mauí-PR e a pesquisa de Oliveira (2011) sobre a política de saneamento em Belo Horizonte no período 1993 até 2004. Em alguns casos é possível identificar os recursos políticos utilizados por determinada coalizão de defesa por meio da leitura completa do trabalho, contudo, só foi considerado para esta análise quando o próprio autor fez a identificação dos recursos conforme a tipologia proposta (Sabatier & Weible, 2007). O recurso que foi mais identificado pelos autores das teses e dissertações analisadas no período foi a informação com 19 (39%) trabalhos. A liderança hábil foi o recurso com o menor número de trabalhos que a abordaram, somente 13 (29%) pesquisas (Figura 5).

Os anos de 2016 e 2017 foram os que tiveram o maior número de teses e dissertações que identificaram os recursos políticos das coalizões, 4 e 5 trabalhos, respectivamente. A Universidade de Brasília (UnB) foi a instituição que teve mais trabalhos com a descrição dos recursos, 39% do total. Em segundo lugar está a Universidade de São Paulo (USP) com 13% dos trabalhos que tratam dos recursos políticos. Dos 23 estudos que identificam os recursos políticos, 9 (39%) foram elaborados em Programas de Pós-Graduação em Administração. Na sequência estão os Programas de Pós-Graduação em Ciência Política com 4 (17%) trabalhos. As pesquisas são em sua maioria sobre a temática ambiental (35%) e realizadas no nível nacional (56,5%). Nota-se, portanto, uma semelhança entre o panorama geral de pesquisas que trabalham com o ACF e aqueles estudos específicos que identificaram os recursos políticos.

Figura 5 – Número de teses e dissertações que identificam cada tipo de recurso político



Fonte: Elaborada pelos autores

Diante da relevância dos recursos políticos para as coalizões e do número limitado de estudos que enfatizam a análise desses elementos, Jenkins-Smith et al. (2018) convidaram os pesquisadores a investigar como as coalizões mobilizam e exploram recursos no processo político e a desenvolver uma hierarquia para recursos políticos das coalizões. Segundo os

autores, alguns recursos são mais importantes que outros no processo de influência política. Assim, os recursos poderiam ser organizados hierarquicamente em relação à sua utilidade e eficácia para as coalizões. Nas teses e dissertações analisadas, apenas 7 pesquisas apresentam os recursos mais importantes para o contexto estudado. Nestes trabalhos, 4 apontam a informação como um dos recursos mais importantes para as coalizões, seguido pela autoridade legal e formal com 2 estudos.

A tese de Oliveira (2011), além de apontar a informação como um dos recursos mais relevantes para as coalizões, também ressalta a importância da liderança hábil como um recurso político mobilizado pelas coalizões de defesa. A autora ainda identifica a mídia como um recurso político das coalizões. Já a pesquisa de Medeiros (2014), sobre a revisão do Código Florestal brasileiro, apresenta um novo recurso como o mais importante para as coalizões de defesa, a negociação. Além do trabalho de Medeiros (2014) e de Oliveira (2011), somente mais um estudo apresenta um novo recurso à tipologia proposta por Sabatier e Weible (2007). Koch (2012), ao analisar a entrada da questão metropolitana da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) na agenda do novo Governo do Rio Grande do Sul (RS), verificou que as alianças políticas construídas pelas coalizões de defesa foram um importante recurso.

Por fim, das 49 teses e dissertações tabuladas, 19 (38,78%) abordaram os problemas de coordenação entre as coalizões. A análise de *stakeholders*, por sua vez, foi utilizada em duas teses orientadas pelo professor Dr. Ricardo Corrêa Gomes na Universidade de Brasília (UnB). A pesquisa de Vieira (2013) aplicou a análise de *stakeholders* juntamente com o ACF para analisar os problemas de coordenação internos e externos no planejamento e implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Já o trabalho de Medeiros (2014) dimensionou a importância do gerenciamento de *stakeholders* para o alcance de programas estratégicos a partir do estudo de caso do Código Florestal brasileiro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi verificar a evolução das pesquisas nacionais que utilizaram o *Advocacy Coalition Framework* (ACF) como modelo teórico com foco nos recursos das coalizões de defesa. O quadro geral das teses e dissertações analisadas mostra que o modelo tem se popularizado no Brasil e que cada vez mais pesquisadores o utilizam para entender determinado processo político. A Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade de São Paulo (USP) são as que mais tiveram trabalhos apresentados com o modelo teórico. Os Programas de Pós-Graduação em Administração e em Ciência Política são os que mais aplicaram o ACF. A maioria das pesquisas são realizadas no âmbito nacional com foco em temáticas ambientais.

Se tratando dos recursos políticos, 47% dos estudos identificaram ao menos um dos recursos propostos na tipologia de Sabatier e Weible (2007). No entanto, somente três trabalhos identificaram os seis recursos da tipologia. A informação foi o recurso mais analisado nos trabalhos e considerado o mais relevante para as coalizões de defesa. A mídia, a negociação e as alianças políticas são apresentadas como novos recursos políticos. 38,78% dos trabalhos abordaram os problemas de coordenação entre as coalizões e apenas 4,08% utilizaram a análise de *stakeholders*.

As limitações desta revisão estão relacionadas principalmente aos critérios de pesquisa utilizados. Ao se optar por revisar teses e dissertações, outros trabalhos acadêmicos não foram incluídos na amostra, como artigos publicados em revistas ou em anais. Outra limitação são as palavras-chave escolhidas para pesquisa na base de dados. Utilizou-se os termos mais conhecidos e empregados na literatura (*advocacy coalition* e coalizões de defesa), no entanto, outras traduções são utilizadas pelos estudiosos da área como “coalizões de advocacia”, “coalizão advocatária”, “coalizões de causa” e “coalizão de militância”.

Pesquisas futuras poderiam aprofundar a análise e trazer outros elementos do modelo para além dos recursos das coalizões de defesa. Pesquisas qualitativas ainda poderiam ser realizadas com os pesquisadores para verificar porque mesmo com a crescente utilização do modelo em programas de doutorado e mestrado pelo Brasil, a publicação das pesquisas como artigos científicos ainda é baixa. Estudos empíricos poderiam analisar em profundidade a exploração e a mobilização dos recursos políticos pelas coalizões de defesa.

Este trabalho contribuiu para analisar uma lacuna apresentada pelos revisores do ACF sobre os recursos políticos das coalizões de defesa. Por mais que o número de trabalhos que explore todos os recursos e apresente novas propostas ainda seja pequeno, parece haver uma evolução após o chamamento dos autores do modelo para exploração desse campo de análise.

REFERÊNCIAS

- Albright, E. A. (2011). Policy change and learning in response to extreme flood events in Hungary: An advocacy coalition approach. *Policy Studies Journal*, 39(3), 485–511. <https://doi.org/10.1111/j.1541-0072.2011.00418.x>
- Araújo, S. M. V. G. de. (2007). *Coalizões de Advocacia na Formulação da Política Nacional de Biodiversidade e Florestas*. Universidade de Brasília.
- Araújo, S. M. V. G. de. (2013). *Política Ambiental no Brasil no Período 1992-2012: Um Estudo Comparado das Agendas Verde e Marrom*. Universidade de Brasília.
- Brito, Á. G. dos S. (2017). *A influência das coalizões domésticas de China e Estados Unidos no resultado da COP 21 – Paris*. Universidade de São Paulo.
- Capelari, M. G. M., Araújo, S. M. V. G., & Calmon, P. C. D. P. (2015). Advocacy Coalition Framework: Um Balanço Das Pesquisas Nacionais. *Administração Pública e Gestão Social*, 7(2), 91–99. <https://doi.org/10.21118/apgs.v7i2.706>
- Cerqueira, K. C. (2010). *As Propostas de Política Econômica do PT entre 1989 e 2006: Um Exame sob o Referencial Teórico das Coalizões de Defesa*. Thesis. Universidade de Brasília.
- Ferreira, G. G. (2017). *Trajetória da política habitacional no Brasil de 1992 a 2014: do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social ao Programa Minha Casa, Minha Vida*. Universidade de Brasília. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1016/j.encep.2012.03.001>
- Ingold, K. (2011). Network Structures within Policy Processes: Coalitions, Power, and Brokerage in Swiss Climate Policy. *Policy Studies Journal*, 39(3), 435–459.
- Jenkins-Smith, H. C., Nohrstedt, D., Weible, C. M., & Ingold, K. (2018). The Advocacy Coalition Framework: An Overview of the Research Program. In C. M. Weible & P. A. Sabatier (Eds.), *Theories of the Policy Process* (4th ed., pp. 135–171). New York: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429494284-5>
- Jenkins-Smith, H. C., Nohrstedt, D., Weible, C. M., & Sabatier, P. A. (2014). The advocacy coalition framework: Foundations, evolution, and ongoing research. In *Theories of the Policy Process* (pp. 183–223).
- Koch, E. R. da S. (2012). *Ingresso na Agenda Governamental do Novo Arranjo Institucional da Região Metropolitana de Porto Alegre: Atores, suas Convicções, Interações e Estratégias*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Ma, J., Lemos, M. A. C., & Vieira, D. M. (2020). How is the Advocacy Coalition Framework Doing? Some Issues since the 2014 Agenda. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (32), 7–42. <https://doi.org/10.1590/0103-335220203201>
- Medeiros, E. A. de. (2014). *Capacidade de Gerenciamento de Stakeholders como elemento de planejamento estratégico nas organizações públicas brasileiras: o caso do Código Florestal Brasileiro*. Universidade de Brasília.
- Nohrstedt, D. (2011). Shifting resources and venues producing policy change in contested

- subsystems: A case study of Swedish signals intelligence policy. *Policy Studies Journal*, 39(3), 461–484. <https://doi.org/10.1111/j.1541-0072.2011.00417.x>
- Oliveira, A. P. B. V. (2011). *As mudanças na política de saneamento em belo horizonte no período 1993-2004: uma análise a partir do modelo de coalizão de defesa*. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Pedroso, M. de M. (2011). *Inteligência decisória e análise de políticas públicas: o caso das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs)*. Universidade de Brasília.
- Pierce, J. J., Peterson, H. L., Jones, M. D., Garrard, S. P., & Vu, T. (2017). There and Back Again: A Tale of the Advocacy Coalition Framework. *Policy Studies Journal*, 45(S1), S13–S46. <https://doi.org/10.1111/psj.12197>
- Rodrigues, E. M., Borinelli, B., Vieira, L., & Matos, S. (2012). *As coalizões de defesa no processo de licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de Mauá-PR*. Universidade Estadual de Londrina.
- Sabatier, P. A. (1988). An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy-oriented learning therein. *Policy Sciences*. <https://doi.org/10.1007/BF00136406>
- Sabatier, P. A., & Jenkins-Smith, H. (1999). The Advocacy Coalition Framework: An Assessment. In *Theories of the Policy Process*. <https://doi.org/10.1017/S0143814X00007431>
- Sabatier, P. A., & Jenkins-Smith, H. C. (1993). Policy Change and Learning: An Advocacy Coalition Approach. In *Westview Press* (1st ed., p. 304). Boulder: Westview Press. <https://doi.org/10.2307/3551961>
- Sabatier, P. A., & Weible, C. M. (2007). The Advocacy Coalition Framework: Innovations and clarifications. In *Theories of the Policy Process*. <https://doi.org/10.1081/E-EPAP2-120041405>
- Thomaz, L. F. (2016). *As coalizões de defesa e as mudanças na política externa comercial e energética dos Estados Unidos para o etanol em 2011*. Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
- Vicente, V. M. B. (2012). *Análise de mudanças institucionais na política de ordenamento territorial urbano no Distrito Federal (1991-2009)*. Universidade de Brasília.
- Vieira, D. M. (2013). *Mudança institucional gradual e transformativa: uma construção de stakeholders e coalizões políticas*. Universidade de Brasília (UnB).
- Weible, C. M. (2006). An Advocacy Coalition Framework Approach to Stakeholder Analysis: Understanding the Political Context of California Marine Protected Area Policy. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 17, 95–117. <https://doi.org/10.1093/jopart/muj015>